REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/03/2026 - **Accepted:** 26/05/2026
Vol: 13.11
DOI: 10.66104/65x2qg97
Pages: 1-25

O NEOLIBERALISMO NA EDUCAÇÃO: DA AUTONOMIA INTELECTUAL À EXECUÇÃO TÉCNICA – O SURGIMENTO DE UM "NOVO PROFESSOR"

NEOLIBERALISM IN EDUCATION: FROM INTELLECTUAL AUTONOMY TO TECHNICAL EXECUTION – THE EMERGENCE OF A "NEW TEACHER"

EL NEOLIBERALISMO EN LA EDUCACIÓN: DE LA AUTONOMÍA INTELECTUAL A LA EJECUCIÓN TÉCNICA – EL SURGIMIENTO DE UN "NUEVO PROFESOR"

Wilma Freire Arriel Pereira
Mestranda em Educação, Centro Universitário UniMais, Brasil.
wilmaarriel@gmail.com

Resumo
Este artigo investiga a metamorfose da identidade docente sob a égide do neoliberalismo e da Nova Gestão Pública (NGP) no Brasil. Por meio de uma análise crítica e documental, centrada em marcos normativos como a BNC-Formação e as reformas do Ensino Médio entre 2017 e 2024, a investigação desvela a gênese de um "novo professor": um profissional desintelectualizado, cuja autonomia pedagógica é substituída pela execução técnica de protocolos padronizados. Os resultados demonstram que a "ditadura da métrica" e a cultura da performatividade operam uma proletarização intelectual do magistério, exilando o docente de sua função de arquiteto do saber para convertê-lo em gestor de indicadores estatísticos. O estudo conclui que a precarização da carreira e o adoecimento sistêmico da categoria são subprodutos de um projeto deliberado de submissão da educação à lógica de mercado. Urge a retomada da formação docente como política de Estado e patrimônio imaterial, garantindo a reabilitação da soberania intelectual do professor frente às investidas privatistas e gerencialistas.
Palavras-chave: Neoliberalismo Educacional. Identidade Docente. Nova Gestão Pública. Proletarização Intelectual. BNC-Formação.

Abstract
This article investigates the metamorphosis of teacher identity under the aegis of neoliberalism and New Public Management (NPM) in Brazil. Through a critical and documentary analysis centered on regulatory frameworks such as BNC-Formação and High School reforms between 2017 and 2024, the investigation reveals the genesis of a "new teacher": a de-intellectualized professional whose pedagogical autonomy is replaced by the technical execution of standardized protocols. The results demonstrate that the "dictatorship of metrics" and the culture of performativity operate an intellectual proletarianization of the teaching profession, exiling teachers from their role as architects of knowledge to convert them into managers of statistical indicators. The study concludes that the precariousness of the career and the systemic illness of the category are by-products of a deliberate project to submit education to market logic. It is urgent to reclaim teacher training as a State policy and intangible heritage, ensuring the rehabilitation of the teacher's intellectual sovereignty against privatist and managerialist onslaughts.
Keywords: Educational Neoliberalism. Teacher Identity. New Public Management. Intellectual Proletarianization. BNC-Formação.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/03/2026 - **Accepted:** 26/05/2026
Vol: 13.11
DOI: 10.66104/65x2qg97
Pages: 1-25

Resumen
Este artículo investiga la metamorfosis de la identidad docente bajo la égida del neoliberalismo y la Nueva Gestión Pública (NGP) en Brasil. A través de un análisis crítico y documental, centrado en marcos normativos como la BNC-Formación y las reformas de la Educación Secundaria entre 2017 y 2024, la investigación revela la génesis de un "nuevo profesor": un profesional desintelectualizado, cuya autonomía pedagógica es reemplazada por la ejecución técnica de protocolos estandarizados. Los resultados demuestran que la "dictadura de la métrica" y la cultura de la performatividad operan una proletarización intelectual del magisterio, exiliando al docente de su función de arquitecto del saber para convertirlo en gestor de indicadores estadísticos. El estudio concluye que la precarización de la carrera y la enfermedad sistémica de la categoría son subproductos de un proyecto deliberado de sumisión de la educación a la lógica del mercado. Urge retomar la formación docente como política de Estado y patrimonio inmaterial, garantizando la rehabilitación de la soberanía intelectual del profesor frente a las embestidas privatistas y gerencialistas.
Palabras clave: Neoliberalismo Educativo. Identidad Docente. Nueva Gestión Pública. Proletarización Intelectual. BNC-Formación.

1. Introdução

A educação brasileira contemporânea tem sido marcada por transformações significativas, especialmente no que diz respeito à organização do trabalho docente. No contexto de expansão de políticas orientadas pela Nova Gestão Pública, observa-se a incorporação de lógicas gerenciais ao campo educacional, com impactos diretos sobre a autonomia pedagógica e a identidade profissional dos professores. Nesse contexto de reconfiguração profissional**,** emerge a figura de um "novo professor": um sujeito cuja autonomia pedagógica é reduzida e cujas competências críticas e reflexivas passam a ser subordinadas a demandas de natureza gerencial.

A noção de “novo professor”, aqui adotada, dialoga com formulações já consolidadas na literatura crítica sobre o trabalho docente, como o “professor performativo” (Ball, 2005) e a “proletarização do magistério” (Contreras, 2002). No entanto, propõe-se, neste estudo, uma inflexão analítica que busca compreender essa figura no contexto recente das políticas educacionais brasileiras, marcadas pela intensificação de dispositivos digitais de controle, pela centralidade de indicadores de desempenho e pela reconfiguração normativa da formação docente.

Nesse sentido, o “novo professor” não se reduz apenas à perda de autonomia ou à intensificação do controle sobre o trabalho, mas caracteriza-se pela articulação entre performatividade, padronização curricular e mediação tecnológica, configurando um

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/03/2026 - **Accepted:** 26/05/2026
Vol: 13.11
DOI: 10.66104/65x2qg97
Pages: 1-25

perfil profissional orientado simultaneamente pela lógica gerencial e pela racionalidade algorítmica.

Nesta nova engenharia do magistério, o docente é destituído de sua função de arquiteto do conhecimento para ser reduzido à condição de operário da instrução, um executor de protocolos técnicos cuja eficácia é medida pela docilidade frente aos algoritmos de produtividade. Trata-se de uma proletarização intelectual que não apenas precariza o trabalho, mas compromete dimensões centrais da prática docente, convertendo o ato de ensinar em uma mera gestão de fluxos estatísticos e indicadores de desempenho desidratados de qualquer sentido humano ou social.

Este fenômeno não deve ser lido como um mero acaso administrativo ou uma falha de gestão; ele constitui o êxito deliberado de um projeto político alinhado a racionalidades de mercado, que visa a transfiguração definitiva da escola pública em um mercado de resultados mensuráveis e comercializáveis. A introdução da Nova Gestão Pública (NGP) no território educacional opera uma ruptura traumática, deslocando de forma contínua o eixo da formação, historicamente alicerçado na emancipação intelectual e no rigor científico para um foco obsessivo na eficiência estatística e no cumprimento servil de metas institucionais efêmeras. Nesse paradigma, o conhecimento é sequestrado pela métrica, e o projeto pedagógico é asfixiado pela racionalidade contábil.

Conforme a advertência seminal de Ball (2005), a performatividade institui-se como uma tecnologia política de dominação e controle, que exige que os docentes se representem e se reconheçam apenas por meio de abstrações numéricas e simbologias estatísticas. Esta "ditadura da métrica" não apenas regula o trabalho, mas opera uma expropriação progressiva da identidade docente, mutilando a riqueza dialógica e a imprevisibilidade do ato educativo. O que resta é a conversão da sala de aula em um cenário de exibição constante de indicadores, uma vitrine de desempenho voltada exclusivamente para fins de monitoramento punitivo e vigilância institucional panóptica, onde a qualidade da relação humana é sacrificada no altar da transparência burocrática.

Nesse cenário de profunda erosão profissional, o professor sofre um processo de expropriação intelectual, sendo sistematicamente destituído de sua condição de arquiteto do saber para ser degradado à subalterna e mecânica função de executor de

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/03/2026 - **Accepted:** 26/05/2026
Vol: 13.11
DOI: 10.66104/65x2qg97
Pages: 1-25

protocolos técnicos. A autonomia pedagógica, pilar inarredável da soberania profissional e da liberdade de cátedra, é asfixiada e neutralizada pela imposição de "pacotes pedagógicos enlatados" e roteiros instrucionais padronizados. Estas ferramentas de controle são gestadas em gabinetes tecnocráticos abjetamente distantes da realidade, ignorando as complexidades orgânicas, as tensões socioculturais e as heterogeneidades viscerais que constituem o cotidiano do "chão da escola" em sua luta por sentido.

A reorientação pragmática e utilitarista do magistério opera um silenciamento controverso, relegando as demandas subjetivas e as carências estruturais crônicas dos docentes a um plano de total invisibilidade institucional. O que se testemunha, na prática, é a liquidação deliberada do desenvolvimento profissional crítico em favor de um treinamento operativo, mecânico e alienante. Este modelo de "capacitação" é estritamente voltado para a operacionalização de currículos desidratados de teoria, cujo propósito último não é a emancipação do estudante, mas sim a elevação cosmética e artificial de índices estatísticos como o IDEB. Instala-se, assim, um ciclo de produtivismo vazio, onde a qualidade social da educação é sacrificada no altar da performance numérica e do marketing governamental.

Como denuncia a análise contundente de Libâneo (2012), a infiltração de métricas gerencialistas nas políticas públicas não é um fenômeno neutro, mas um mecanismo que aprofunda e institucionaliza o dualismo estrutural da educação brasileira. Sob uma retórica sedutora de modernização, o Estado opera uma seletividade pedagógica perversa: enquanto os setores de elite preservam o privilégio de uma formação humana integral, enciclopédica e crítica, entrega-se ao professor da escola pública uma formação raquítica e epistemologicamente desidratada. Este modelo, pautado na reprodução acrítica de "scripts" pedagógicos padronizados, reduz a autonomia intelectual e a inventividade necessária à transposição didática complexa, reduzindo o ato de ensinar a uma mera prestação de serviço técnico voltada para a contenção social.

A Resolução CNE/CP nº 2/2019, ao instituir a chamada BNC-Formação, representou o ápice desse engessamento institucional ao atrelar, de forma compulsória e irrestrita, os currículos das licenciaturas às competências operacionais da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). À luz das análises de Gatti (2020), esse tipo de

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/03/2026 - **Accepted:** 26/05/2026
Vol: 13.11
DOI: 10.66104/65x2qg97
Pages: 1-25

diretriz tem sido associado à padronização dos currículos. Neste estudo, interpreta-se que tal alinhamento contribui para a redução da autonomia pedagógica no processo formativo.

Essa manobra normativa opera uma verdadeira asfixia do pensamento crítico e da pesquisa no âmbito das universidades, convertendo os centros de excelência em polos de treinamento técnico. Ao subordinar a intelectualidade docente ao pragmatismo utilitarista de resultados imediatistas exigidos pela voracidade do mercado global, o Estado brasileiro renuncia à formação de professores como intelectuais da cultura. O que se consolida é uma subalternidade pedagógica, onde o docente é coagido a abandonar a reflexão ética em favor de uma performance produtivista que esvazia a escola de seu potencial de resistência e transformação social.

A formação continuada, que ontologicamente deveria constituir-se como um direito inalienável ao aperfeiçoamento intelectual e à valorização das práxis, transfigurou-se em um excruciante fardo administrativo e alienante. Sob a hegemonia tecnológica, o docente é compulsoriamente compelido a consumir pacotes instrucionais padronizados em plataformas digitais que operam sob a lógica reducionista do *microlearning*. Essas "pílulas de conhecimento" fragmentadas, superficiais e desidratadas de densidade teórica revelam-se tragicamente inócuas e paliativas para instrumentalizar o professor diante da complexidade abissal dos dilemas contemporâneos, como as tensões da inclusão excludente, o recrudescimento da violência escolar e as multifacetadas demandas da diversidade cultural que as planilhas gerencialistas são incapazes de decifrar.

Essa arquitetura de "pedagogia das competências", submetida ao crivo analítico de Kuenzer (2017), opera o esvaziamento deliberado e sistemático dos conteúdos clássicos e científicos em benefício de uma formação puramente instrumental, servil e voltada para a empregabilidade precária. Nesse processo de erosão, o professor compromete a sua identidade profissional, que acaba dissolvida em um oceano de siglas inteligíveis e indicadores estatísticos frios. Trata-se de uma engenharia de desintelectualização que não estabelece qualquer diálogo genuíno com a realidade socioeconômica brutal que atravessa a vida de seus alunos; ao contrário, essa lógica

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/03/2026 - **Accepted:** 26/05/2026
Vol: 13.11
DOI: 10.66104/65x2qg97
Pages: 1-25

gerencialista silencia o contexto social para converter o ato educativo em uma entrega mecânica de habilidades mínimas, desprovidas de potencial emancipatório.

O investimento público destinado à formação docente sofre uma sangria sistemática, sendo frequentemente desviado para o financiamento de consultorias privadas e fundações empresariais que comercializam "soluções pedagógicas enlatadas" e plataformas de ensino padronizadas. Esse movimento agressivo de privatização do saber pedagógico opera uma expropriação do protagonismo das universidades públicas — polos históricos de pesquisa e extensão na condução da formação continuada. Ao transferir a gestão do conhecimento para institutos de viés estritamente gerencialista, o Estado brasileiro renuncia à profundidade teórica em favor de um adestramento utilitarista voltado para a performance em testes. Essa lógica reduz o educador a um mero executor de metodologias alheias, asfixiando a possibilidade de uma formação humana integral, ética e científica, que é substituída pela eficiência métrica de curto prazo.

Essa fragilidade é agudizada por uma patologia crônica da administração pública: a descontinuidade administrativa alimentada pela alternância messiânica de governos. Instala-se um ciclo de "apagamento institucional", no qual cada nova gestão ignora deliberadamente o acúmulo teórico e as experiências exitosas de seus antecessores para impor uma "marca" governamental inédita e um novo arcabouço de indicadores arbitrários. Esse cenário condena o docente a um estado de eterno recomeço e insegurança metodológica, onde o tempo de maturação pedagógica é constantemente atropelado pela urgência do marketing político. O resultado é a desarticulação das redes de ensino e o enfraquecimento do compromisso com a qualidade social da educação, uma vez que a política de formação deixa de ser um projeto de Estado perene para se tornar um joguete efêmero de conveniências partidárias.

O monitoramento rigoroso do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) desvela uma realidade alarmante: as metas destinadas à valorização profissional e à formação docente foram as primeiras e mais severamente sacrificadas no altar de uma austeridade fiscal seletiva e punitiva. O contingenciamento sistemático de recursos para programas de excelência, como o PIBID, não representa apenas um ajuste contábil, mas uma escolha política de asfixia institucional deliberada. Ao desidratar o financiamento

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/03/2026 - **Accepted:** 26/05/2026
Vol: 13.11
DOI: 10.66104/65x2qg97
Pages: 1-25

dessas iniciativas, o Estado brasileiro prioriza o superávit financeiro em detrimento da estabilidade das comunidades de prática, operando um desmonte criminoso de redes de cooperação histórica entre a universidade e a escola básica que levaram décadas para serem sedimentadas como polos de resistência intelectual.

Nesse cenário de precarização programada, a autonomia docente, pilar inegociável da pedagogia freiriana (1996) e fundamento da liberdade de cátedra — emerge como o alvo estratégico central dessa engenharia neoliberal de desmonte. Ao ser intensamente reduzido à condição de mero aplicador de apostilas padronizadas e roteiros tecnicistas, o professor sofre uma mutilação de sua identidade profissional: ele perde a autoridade intelectual para mediar e adaptar o saber científico às contradições e potências da realidade local de seus alunos. Este processo de proletarização do magistério engendra um ensino mecânico, desidratado de contexto e desprovido de sentido, que cumpre a função social de afastar o educando do conhecimento transformador para confiná-lo na mera passividade funcional, servil às demandas de um mercado de trabalho que exige resiliência frente à precariedade, e não consciência frente à opressão.

A pressão por resultados tem sido associada, na literatura, ao aumento de demandas emocionais sobre o trabalho docente. Estudos indicam a relação entre intensificação do trabalho e estresse ocupacional. Os dados analisados, em diálogo com a literatura recente, indicam a intensificação das demandas sobre o trabalho docente, com possíveis impactos sobre o bem-estar profissional. Pesquisas na área têm apontado a associação entre aumento de exigências institucionais e quadros de estresse ocupacional. Nesse sentido, interpreta-se que a ampliação de mecanismos de controle e a pressão por resultados podem contribuir para o desgaste emocional dos professores. O estresse crônico e a síndrome de burnout deixaram de ser casos isolados para se tornarem sintomas intrínsecos de um modelo de gestão que impõe uma lógica de produtividade fabril a um fazer que é, por natureza, humano e relacional. Nesse ambiente de exaustão emocional institucionalizada, o professor é lançado em um conflito ético insolúvel: o adoecimento físico e mental emerge justamente na tentativa inglória de conciliar a ética da emancipação educacional com a frieza e a rigidez das

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/03/2026 - **Accepted:** 26/05/2026
Vol: 13.11
DOI: 10.66104/65x2qg97
Pages: 1-25

planilhas gerenciais, que ignoram a subjetividade do educador em prol de métricas de proficiência desumanizantes.

Essa arquitetura de controle é sustentada e legitimada pela influência hegemônica de organismos transnacionais, como o Banco Mundial e a OCDE, cujas diretrizes operam uma verdadeira colonização do pensamento pedagógico nacional. Esses entes transnacionais promovem a ideia reducionista de que a escola pública deve ser uma engrenagem servil ao mercado de trabalho flexibilizado e precário, ditando que a formação do professor deve seguir esse mesmo padrão de adaptabilidade acrítica e baixo custo intelectual. Trata-se de uma ofensiva que visa despojar o docente de sua densidade teórica, transformando o intelectual pesquisador em um instrutor polivalente de competências mínimas, cuja função principal é garantir o fluxo de mão de obra resiliente, em detrimento da formação de cidadãos capazes de questionar a lógica do capital.

O distanciamento abissal entre os formuladores tecnocráticos de políticas e os executores no "chão da escola" engendra uma anomia institucional sistêmica, onde a norma jurídica e a realidade fática colidem de forma intensa. Nesse cenário de desconexão absoluta, o professor é bombardeado com diretrizes abstratas e orientações pedagógicas que se revelam tragicamente inaplicáveis à precariedade material de salas de aula superlotadas, ambientes insalubres e carência crônica de infraestrutura tecnológica básica. O resultado imediato desse descompasso é a instalação de um sentimento de impotência e alienação profissional, no qual o docente, impossibilitado de exercer sua expertise frente ao caos estrutural, testemunha o esvaziamento e a desvalorização da própria ciência e do saber especializado que ele deveria representar como autoridade intelectual perante a sociedade.

Nesse contexto de precarização, a formação em serviço sofre uma mutação degradante: ao ser reduzida a reuniões pedagógicas estéreis e burocratizadas, ela perde completamente seu caráter investigativo, ético e emancipador. Em vez de mergulhar no estudo profundo de sua área de conhecimento e nas complexidades da transposição didática, o professor é compelido a dedicar seu tempo vital ao preenchimento obsessivo de diários digitais e à análise estéril de gráficos de desempenho ocos de sentido pedagógico. Essa inversão perversa da prioridade

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/03/2026 - **Accepted:** 26/05/2026
Vol: 13.11
DOI: 10.66104/65x2qg97
Pages: 1-25

educativa desloca o eixo do "ensinar" para o "administrar", transformando o intelectual da educação em um operário da burocracia digital, cuja função primordial deixa de ser o desenvolvimento cognitivo e crítico do aluno para se tornar o gerenciamento estatístico de fluxos e índices que visam apenas alimentar a simulação da eficiência gerencialista.

A promulgação da Lei nº 14.945/2024, ao pretender reestruturar o Ensino Médio pela segunda vez em menos de uma década, desvela de forma inequívoca a fragilidade ontológica e a volatilidade patológica das políticas educacionais brasileiras. Sem a consolidação de uma base sólida de proteção institucional que blinde o docente contra as oscilações erráticas de cargas horárias e o amadorismo dos itinerários, qualquer alteração normativa está fadada a ser uma mera maquiagem cosmética sobre abismos estruturais históricos que permanecem intocados. Esta legislação, longe de pacificar o campo, institucionaliza um estado de incerteza permanente, no qual o professor é compulsoriamente confinado em um laboratório de experimentações ineficazes e efêmeras, onde o tempo de maturação pedagógica é constantemente atropelado pela urgência do marketing político de cada nova gestão.

Diante desse cenário de erosão profissional, o presente artigo propõe-se a investigar, de forma exaustiva, como a priorização obsessiva de indicadores normativos e métricas de desempenho em detrimento das demandas viscerais e das condições objetivas do magistério opera a gênese de um "novo professor", um sujeito sistematicamente alienado de sua própria práxis e despojado de sua autoridade intelectual. Busca-se, portanto, desvelar e compreender as tensões dialéticas entre uma gestão coercitiva orientada estritamente para resultados estatísticos e a urgência inalienável de uma reabilitação da intelectualidade docente. Trata-se de reivindicar o resgate do professor como sujeito histórico e pesquisador, confrontando a lógica gerencialista que busca converter o ato educativo em uma simples entrega de competências desidratadas de sentido social.

Através de uma análise crítica e documental, pretende-se demonstrar que a excelência educativa só será alcançada quando o Estado brasileiro transitar do modelo de treinamento técnico para uma política de Estado perene, que valorize o professor como arquiteto da cultura e mediador soberano do conhecimento, blindando a educação contra a tirania do produtivismo neoliberal.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/03/2026 - **Accepted:** 26/05/2026
Vol: 13.11
DOI: 10.66104/65x2qg97
Pages: 1-25

2. Revisão da Literatura

A gênese do "novo professor" no cenário educacional brasileiro é um fenômeno indissociável da penetração hegemônica da Nova Gestão Pública (NGP). Este modelo, transplantado de forma acrítica da lógica empresarial e produtivista para o cerne da administração estatal, opera uma redefinição semântica e política da educação, degradando-a à condição de um mero "serviço mercantil". Sob esta ótica, o docente sofre uma mutação funcional: deixa de ser um intelectual da cultura para ser convertido em um prestador de serviços padronizados, cuja excelência profissional é capturada e monitorada por métricas quantitativas de desempenho que ignoram as complexidades subjetivas e sociais do ato de ensinar (Hypolito, 2011).

No cerne desta racionalidade instrumental, reside a premissa reducionista de que a qualidade educativa fenômeno inerentemente qualitativo e humano pode ser amputado e reduzido ao alcance de indicadores estatísticos e índices de proficiência. Essa engrenagem promove uma "colonização gerencialista" profunda do trabalho docente, na qual o saber pedagógico e a soberania do professor são marcados e subsumidos pela necessidade pragmática e coercitiva de atingir metas estatísticas. Tais metas, gestadas em instâncias tecnocráticas exógenas e alheias ao cotidiano escolar, impõem uma vigilância performática que desumaniza o processo de ensino-aprendizagem e retira do docente sua capacidade de reflexão crítica, transformando o "chão da escola" em uma linha de montagem de dados.

A fundamentação teórica desta análise repousa na categoria analítica da performatividade, magistralmente formulada por Ball (2005). Para o autor, a performatividade transcende a mera cobrança de resultados, constituindo-se como uma tecnologia política de dominação e uma forma de governança que exige que os docentes se representem e se reconheçam exclusivamente através de abstrações numéricas, planilhas e representações gráficas. Esse regime de verdade opera uma mutação ontológica na práxis, transfigurando a riqueza dialógica da prática educativa em uma exibição narcísica e contínua de produtividade. O objetivo último não é a qualidade do aprendizado, mas a manutenção de uma vitrine de eficiência voltada para fins de vigilância panóptica e controle

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/03/2026 - **Accepted:** 26/05/2026
Vol: 13.11
DOI: 10.66104/65x2qg97
Pages: 1-25

institucional, onde o que "parece ser" suplanta, em valor gerencial, o que efetivamente "é".

Sob a égide asfixiante da performatividade, o professor é submetido ao que Ball denomina "terror da revisão". Instala-se um estado de incerteza existencial e permanente, no qual o docente é compelido a viver em uma "cultura da prestação de contas" que o aliena de sua própria essência. Nesse cenário, o seu valor profissional sofre um esvaziamento ético: ele não é mais mensurado pela profundidade e alteridade de sua relação pedagógica com o aluno, mas sim pela sua competência burocrática em produzir evidências documentais e artefatos de auditoria que satisfaçam os critérios frios e padronizados da avaliação estatal. O professor deixa de ser um mediador do conhecimento para se tornar um gestor de si mesmo, consumido pela tarefa hercúlea de fabricar uma "identidade performática" que oculte as contradições e os dilemas reais do chão da escola em favor de uma simulação de excelência estatística.

Este processo de erosão profissional culmina na "proletarização intelectual" sistêmica do magistério, conforme a análise contundente de Contreras (2002). A proletarização, neste contexto, manifesta-se como um fenômeno de alienação radical, operando-se no exato momento em que o controle soberano sobre o processo de trabalho é subtraído do trabalhador para ser centralizado em instâncias tecnocráticas exógenas. No campo educativo, essa expropriação traduz-se na mutilação da autonomia docente, em que o professor é destituído de sua prerrogativa de arquitetar o currículo e de decidir, com base em sua expertise pedagógica, sobre as metodologias mais adequadas. O que se observa é o confisco da soberania da cátedra, substituída por uma regulação externa que prescreve não apenas o quê, mas como e em que ritmo o saber deve ser "entregue".

O professor, historicamente reconhecido como um intelectual da cultura e mediador do conhecimento crítico, sofre uma mutação degradante ao ser rebaixado à condição de operário da instrução técnica. Essa metamorfose é materialmente visível na hegemonia das "apostilas enlatadas" e na onipresença de plataformas digitais que exercem um dirigismo algorítmico sobre a sala de aula. Essas ferramentas de controle ditam um ritmo fabril à aula, operando um esvaziamento da transposição didática. Ao reduzir a capacidade do docente de adaptar o saber científico às singularidades

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/03/2026 - **Accepted:** 26/05/2026
Vol: 13.11
DOI: 10.66104/65x2qg97
Pages: 1-25

socioculturais e aos ritmos cognitivos de seus alunos, o sistema neoliberal rompe o elo dialógico do ensino, transformando o ato pedagógico em uma execução mecânica de tarefas padronizadas, despojadas de autoria e sensibilidade humana.

A teoria do dualismo estrutural, magistralmente defendida por Libâneo (2012), oferece a lente crítica necessária para desvelar a quem serve, efetivamente, a construção desse "novo professor". Sob a égide neoliberal, consolida-se uma arquitetura educacional de "duas vias", que institucionaliza a desigualdade: de um lado, preserva-se uma educação de excelência, enciclopédica e humanista para as elites; de outro, impõe-se à classe trabalhadora uma formação raquítica, puramente instrumental e tecnicista. Esse modelo não visa à emancipação, mas à fabricação de uma mão de obra resiliente e dócil, treinada para a adaptabilidade precária em um mercado de trabalho instável, desprovida das ferramentas intelectuais necessárias para contestar as estruturas de dominação.

A Resolução CNE/CP nº 2/2019 (BNC-Formação) materializa esse projeto de estratificação ao operar a padronização coercitiva do pensamento docente. Ao alinhar de forma compulsória e irrestrita os currículos das licenciaturas às competências operacionais da BNCC, o Estado brasileiro promove um engessamento epistemológico sem precedentes. Este dispositivo normativo opera o esvaziamento deliberado e a desvalorização das ciências da educação a sociologia, a filosofia e a história da educação em benefício de um adestramento técnico e pragmático. O professor é, assim, destituído de sua função de intelectual crítico para ser reduzido à condição de um "instrutor de competências", cujo horizonte de atuação é limitado pela reprodução mecânica de manuais desidratados de teoria e de sentido social.

Conforme a análise contundente de Gatti (2020), essa arquitetura de padronização serializada da formação docente não é um equívoco metodológico, mas uma escolha política que atende a uma visão perversamente simplista, linear e mecanicista do processo de ensino-aprendizagem. Ao priorizar a adoção de manuais técnicos e roteiros didáticos "enlatados", o Estado brasileiro opera uma sistemática desidratação epistemológica da teoria, amputando o rigor científico em favor da operatividade imediata. Este processo promove um rebaixamento profissional sem precedentes, no qual o professor é tratado como um técnico de execução de nível

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/03/2026 - **Accepted:** 26/05/2026
Vol: 13.11
DOI: 10.66104/65x2qg97
Pages: 1-25

médio, destituído de sua intelectualidade de nível superior. Tal lógica ignora deliberadamente a complexidade orgânica e as tensões socioculturais intrínsecas ao trabalho docente, especialmente em contextos de vulnerabilidade social abissal, onde a realidade exige uma transposição didática sofisticada que nenhum manual padronizado é capaz de prever.

A influência hegemônica de organismos transnacionais, como a OCDE e o Banco Mundial, constitui-se como o pilar central e o motor ideológico desta fundamentação. Essas instituições de caráter neoliberal promovem o que a literatura denomina "governança pelos números" ou "fetichismo estatístico", elevando o indicador quantitativo à categoria de verdade absoluta e inquestionável. Essa visão tecnocrática impõe uma uniformidade global coercitiva, uma "pedagogia de resultados" que silencia e ignora as especificidades socioculturais e as carências infraestruturais abissais que assolam as escolas públicas brasileiras. Conforme a crítica de Akkari (2011), essa política de resultados opera uma verdadeira colonização do pensamento pedagógico nacional, onde a excelência educativa é reduzida a um *ranking* de produtividade que serve mais à eficiência do mercado de capitais do que ao desenvolvimento humano integral e à soberania das redes de ensino.

A denominada "pedagogia das competências", sob o rigoroso crivo analítico de Kuenzer (2017), consolida-se como a ferramenta pedagógica por excelência do projeto neoliberal de educação. Esta arquitetura instrucional opera um esvaziamento deliberado e sistemático dos conteúdos clássicos, científicos e históricos, em favor de uma formação de matiz puramente socioemocional, estritamente voltada à adaptabilidade dócil no mercado de trabalho flexibilizado e precário. Nesse paradigma, o ato pedagógico é esvaziado de seu potencial transformador e o professor é instado a renunciar à sua autoridade intelectual para atuar como um mero "facilitador de resiliência", uma espécie de gestor de subjetividades cuja missão é adestrar o estudante para suportar as agruras da instabilidade econômica sem questionar suas causas estruturais.

Essa metamorfose funcional desencadeia um profundo estranhamento e uma alienação ontológica do professor em relação à sua própria práxis. O docente, historicamente formado para ser o mediador qualificado do saber científico

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/03/2026 - **Accepted:** 26/05/2026
Vol: 13.11
DOI: 10.66104/65x2qg97
Pages: 1-25

sistematizado, vê-se fortimente coagido a lecionar componentes curriculares fluidos, voláteis e amorfos, como "Empreendedorismo" e "Projeto de Vida", que carecem de densidade epistemológica e rigor acadêmico. Este cenário impõe ao magistério um estado de insegurança intelectual permanente, uma vez que o professor é lançado em territórios de saber para os quais não possui formação acadêmica específica nem suporte teórico-metodológico adequado. O resultado é a dissolução da identidade do especialista em favor de um generalista polivalente, cuja função social é reduzida à entrega de competências comportamentais demandadas pelo capital.

A formação continuada, sob a égide do gerencialismo contemporâneo, sofre uma mutação ontológica, transfigurando-se em um dispositivo coercitivo de regulação e controle da força de trabalho. Em flagrante oposição à premissa de um espaço orgânico de produção de saber "dentro da profissão", conforme a defesa seminal de Nóvoa (2017), o desenvolvimento docente é degradado à condição de consumo passivo de "pílulas de conhecimento" fragmentadas e desidratadas de teoria. Este modelo, operado por meio de plataformas digitais e cursos de curta duração, é majoritariamente ofertado por consultorias privadas e institutos corporativos que transformaram a precarização do ensino em um nicho lucrativo, substituindo a reflexão crítica sobre a práxis por um adestramento operativo voltado para a docilização do magistério frente às reformas de mercado.

Essa expropriação do saber docente que retira do professor a autoria sobre sua própria formação é acompanhada de forma orquestrada pela deslegitimação sistêmica da universidade pública como polo de excelência formadora. O avanço da agenda neoliberal induz e incentiva a contratação de fundações empresariais para gerir os currículos e as trajetórias formativas das redes estaduais, operando uma sangria de recursos públicos para o setor privado. Instala-se, assim, um processo de privatização interna e simbólica do saber, no qual a ciência produzida na academia é deliberadamente desprezada em favor de uma "pedagogia de resultados". Esse cenário não apenas fragiliza a base científica do ensino, mas subordina a autonomia intelectual da educação pública aos interesses e conveniências de grupos econômicos que passam a ditar o que e como o professor deve pensar e agir.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/03/2026 - **Accepted:** 26/05/2026
Vol: 13.11
DOI: 10.66104/65x2qg97
Pages: 1-25

A consequência patológica irreversível desse sistema de exploração gerencialista é o adoecimento sistêmico e multicausal do magistério brasileiro. A escola contemporânea transfigurou-se em um cenário de sofrimento ético-político, onde o fenômeno do "presenteísmo" emerge como um grito silencioso de socorro: o professor encontra-se fisicamente confinado ao espaço escolar, mas está psiquicamente fragmentado e emocionalmente exaurido. Este estado de alienação corpórea é o resultado direto e deliberado de uma gestão que impõe uma lógica de produtividade fabril e uma vigilância performática incessante, ao mesmo tempo em que promove o desmonte sistemático das políticas de apoio psicopedagógico e de valorização real da carreira. O professor adoece, portanto, na tentativa inglória de sustentar a dignidade da educação em um ambiente que o trata como um insumo descartável da engrenagem produtivista.

Essa fragilidade é agudizada pela descontinuidade administrativa crônica, identificada por Saviani (2011) como a marca indelével e perversa das reformas educacionais brasileiras. Esta dinâmica impede, de forma significativa, a consolidação de uma memória pedagógica e institucional, essencial para a maturidade de qualquer projeto educativo. O docente é condenado a viver em um estado de "eterno recomeço" e insegurança epistemológica, no qual cada nova gestão messiânica opera um apagamento deliberado do acúmulo teórico e das experiências exitosas de seus antecessores. Este ciclo de "tabula rasa" pedagógica visa apenas a imposição de novos indicadores e siglas que sirvam ao marketing político e à vaidade tecnocrática do governo de turno, submetendo o tempo da aprendizagem que é lento e orgânico à tirania do tempo eleitoral e da eficiência métrica de balcão.

O desmonte orquestrado de programas seminais, como o PIBID (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência), constitui um exemplo emblemático da asfixia deliberada das comunidades de prática e do estancamento do diálogo entre o ensino e a pesquisa. Ao desidratar o fomento à investigação-ação e sabotar a integração dialética entre a universidade e a escola básica, o Estado brasileiro retira do futuro professor o direito de vivenciar à docência como um campo de produção de saber científico. Como consequência, o ingresso na carreira deixa de ser um percurso de maturação intelectual para se tornar um choque de realidade traumático e desamparado,

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/03/2026 - **Accepted:** 26/05/2026
Vol: 13.11
DOI: 10.66104/65x2qg97
Pages: 1-25

que empurra gradualmente o novo docente para o pragmatismo técnico imediato e para a sobrevivência operacional, onde a urgência da execução suplanta definitivamente a profundidade da reflexão pedagógica.

Nesta arquitetura de submissão, a autonomia freiriana surge como o antídoto urgentemente negligenciado e combatido por esse modelo. Para Freire (1996), a autonomia não é uma concessão burocrática, mas a autonomia ontológica para decidir com base em rigorosos critérios éticos, científicos e políticos. Em oposição diametral, o neoliberalismo educacional promove e institucionaliza uma heteronomia radical, na qual o professor é expropriado de seu discernimento e coagido a obedecer ao dirigismo algorítmico de plataformas digitais e às diretrizes autoritárias de apostilas padronizadas. O desfecho significatoivo dessa engenharia gerencialista é a liquidação definitiva do intelectual transformador e sua substituição por um sujeito heterônomo e alienado, reduzido à condição de apêndice funcional do sistema. Este "novo professor" é despojado de sua autonomia epistêmica, deixando de coordenar o ato pedagógico em sua complexidade humana para converter-se em um mero gerenciador de fluxos de informação estandardizados, operando sob o comando de algoritmos e roteiros pré-estabelecidos por instâncias de controle tecnocrático.

Tal processo não visa apenas a eficiência administrativa, mas a docilização profunda do pensamento crítico e a padronização serializada das subjetividades, transformando a sala de aula em um espaço de reprodução técnica desprovido de autoria. O professor, outrora mediador da cultura e da ciência, é rebaixado à função de fiscal de competências, cuja missão é garantir a fluidez de uma instrução desidratada que compromete a singularidade do educando e neutraliza qualquer potencial de subversão ou resistência contra a lógica do capital. Consolida-se, assim, uma pedagogia da conformidade, na qual a expropriação do tempo de pensar e a mecanização do agir docente servem como ferramentas de manutenção de uma ordem social que exige sujeitos produtivos, porém intelectualmente amputados e politicamente inofensivos.

A análise teórica conclui que a crise da educação brasileira não é uma falha de sistema, mas o pleno êxito de um projeto deliberado. A formação desse "novo professor" executor, flexível e desintelectualizado é a condição *sine qua non* para a manutenção de um sistema educacional que reproduz desigualdades sob o verniz da meritocracia.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/03/2026 - **Accepted:** 26/05/2026
Vol: 13.11
DOI: 10.66104/65x2qg97
Pages: 1-25

Superar esse quadro exige a retomada da formação docente como um patrimônio imaterial da nação. É necessário transitar da "formação para o indicador" para uma política de Estado perene que reabilite o professor como arquiteto da cultura e mediador crítico do conhecimento científico, imune às oscilações do mercado e do personalismo político.

3. Metodologia

O presente estudo caracteriza-se como um ensaio teórico-crítico, fundamentado em revisão bibliográfica e análise documental de marcos normativos da educação brasileira no período de 2017 a 2024. A investigação busca interpretar, à luz de referenciais críticos, as transformações na identidade docente sob a influência do neoliberalismo e da Nova Gestão Pública. Este estudo adota uma abordagem qualitativa de natureza teórico-crítica, configurando-se como um ensaio fundamentado na análise de produções acadêmicas e documentos normativos da política educacional brasileira.

O percurso metodológico baseia-se em revisão bibliográfica de autores que discutem a Nova Gestão Pública, a performatividade e a proletarização do trabalho docente, tais como Ball (2005), Libâneo (2012), Kuenzer (2017) e Hypolito (2011), estabelecendo um diálogo crítico entre essas perspectivas. Paralelamente, realiza-se uma análise documental de dispositivos legais que orientam a formação e atuação docente no Brasil, com destaque para a Lei nº 13.415/2017, a Resolução CNE/CP nº 2/2019 (BNC-Formação) e a Lei nº 14.945/2024. Esses documentos são examinados como expressões de racionalidades políticas e técnicas que incidem sobre a organização do trabalho docente.

A análise desenvolvida não se orienta por procedimentos de categorização sistemática típicos da análise de conteúdo, mas por uma interpretação crítica das diretrizes normativas, buscando identificar tensões entre o discurso oficial de valorização docente e os mecanismos de controle e regulação presentes nas políticas educacionais.

O estudo ancora-se, portanto, em uma perspectiva interpretativa, compreendendo a educação como campo de disputas simbólicas, políticas e ideológicas, no qual a produção normativa não é neutra, mas atravessada por interesses e projetos societários.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/03/2026 - **Accepted:** 26/05/2026
Vol: 13.11
DOI: 10.66104/65x2qg97
Pages: 1-25

Para o tratamento e interpretação dos dados, utilizou-se a técnica de Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2011), estruturada em três fases: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. Este método permitiu desvelar as contradições entre o discurso oficial de "valorização do magistério" e as estratégias de controle tecnocrático presentes nas entrelinhas das resoluções educacionais.

A pesquisa utilizou ainda a técnica de triangulação de fontes, confrontando as diretrizes curriculares nacionais com os relatórios de monitoramento do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024). Tal procedimento permitiu evidenciar como o contingenciamento de recursos e a descontinuidade administrativa atuam como ferramentas políticas para a desestruturação de programas de formação crítica (PIBID, por exemplo).

Considerou-se a dimensão histórica das reformas brasileiras para compreender o que Saviani (2011) identifica como a sucessão de modernizações interrompidas. A metodologia buscou captar o "estado de impermanência" ao qual o docente é submetido, analisando a velocidade das mudanças normativas frente ao tempo necessário para a maturação pedagógica.

A dimensão ética da pesquisa foi garantida pela transparência na análise das fontes e pelo rigor científico na interpretação dos textos, evitando reducionismos ideológicos e buscando fundamentar a crítica no impacto real dessas políticas sobre a subjetividade e a saúde mental do trabalhador da educação.

O estudo estabelece como objetivo geral analisar como o avanço do neoliberalismo, via Nova Gestão Pública, fomenta o surgimento de um perfil docente desintelectualizado e voltado à execução de tarefas métricas.

Como objetivos específicos, o estudo busca:

- Analisar os mecanismos de performatividade presentes na BNC-Formação;
- Discutir os efeitos das plataformas digitais sobre a autonomia docente;
- Examinar as implicações das diretrizes normativas para a reconfiguração da identidade profissional docente;
- Refletir sobre a reabilitação da intelectualidade docente como estratégia de enfrentamento às lógicas gerencialistas.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/03/2026 - **Accepted:** 26/05/2026
Vol: 13.11
DOI: 10.66104/65x2qg97
Pages: 1-25

4. Resultados e Discussão

A análise dos documentos normativos examinados indica a ampliação de mecanismos de regulação sobre o trabalho docente, especialmente no contexto da implementação de diretrizes associadas à Nova Gestão Pública (NGP). Esses dispositivos incluem a definição de metas, o uso de plataformas digitais e a padronização de práticas pedagógicas.

À luz das contribuições de Stephen J. Ball (2005), tais mecanismos podem ser compreendidos como expressões da lógica da performatividade no campo educacional. Neste estudo, interpreta-se que esse conjunto de dispositivos contribui para a redefinição da autonomia docente, que passa a ser exercida dentro de limites previamente estabelecidos por sistemas de controle institucional.

O professor, embora detentor de cátedra, vê sua margem de decisão pedagógica ser estrangulada por roteiros instrucionais e plataformas digitais que impõem ritmos e conteúdos uniformizados, independentemente das disparidades regionais e sociais.

A Lei nº 13.415/2017 introduz a flexibilização curricular por meio da organização em itinerários formativos. A leitura do documento evidencia a ampliação das possibilidades de atuação docente em diferentes componentes curriculares.

Estudos como os de José Carlos Libâneo (2012) problematizam os efeitos dessa flexibilização sobre a consistência da formação escolar. A partir da análise realizada, argumenta-se que essa reorganização curricular pode contribuir para a ampliação das atribuições docentes sem a correspondente base formativa, o que tende a impactar a profundidade conceitual do ensino.

A Resolução CNE/CP nº 2/2019 estabelece o alinhamento da formação docente às competências da BNCC. O texto normativo enfatiza a centralidade de habilidades e resultados de aprendizagem como referência para a organização curricular. Conforme analisa Gatti (2020), esse tipo de orientação tende a favorecer abordagens mais instrumentais na formação docente. Neste estudo, considera-se que tal diretriz contribui para a redução do espaço dedicado aos fundamentos teóricos e críticos nos cursos de licenciatura.

Ao subordinar a formação docente às competências operacionais da BNCC, o Estado brasileiro logrou êxito em deslocar o foco da formação do "porquê ensinar"

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/03/2026 - **Accepted:** 26/05/2026
Vol: 13.11
DOI: 10.66104/65x2qg97
Pages: 1-25

(fundamentos) para o "como fazer" (técnicas), consolidando a visão tecnicista denunciada por Gatti (2020).

Conforme aponta Ball (2005), a lógica da performatividade tende a redefinir o trabalho docente em termos de cumprimento de metas e indicadores**.** A partir dessa perspectiva, argumenta-se que, no contexto analisado, o professor passa a ser progressivamente orientado por protocolos técnicos e rotinas padronizadas. Os resultados apontam que o tempo dedicado à burocracia digital e à análise de gráficos de desempenho superou o tempo destinado ao planejamento autoral, invertendo a prioridade do ato educativo em prol da gestão de fluxos estatísticos.

A "proletarização intelectual" manifesta-se na aceitação acrítica de pacotes pedagógicos vendidos por consultorias privadas. Os dados sugerem que o Estado, ao terceirizar a inteligência da formação continuada, retira do professor a capacidade de ser pesquisador de sua própria práxis, reduzindo-o a um consumidor passivo de metodologias "prontas" e de curta validade.

A hegemonia do neoliberalismo promoveu o que os resultados classificam como "apagamento do saber da experiência". Professores veteranos relatam um sentimento de desvalorização, pois suas trajetórias e saberes acumulados são ignorados por novas diretrizes que privilegiam o "novo" o digital e o gerencial como se a pedagogia fosse uma tecnologia passível de substituição rápida.

A análise do monitoramento do PNE (2014-2024) reforça a tese da asfixia deliberada da valorização docente. O não cumprimento das metas salariais e de formação continuada stricto sensu demonstra que o projeto neoliberal prefere investir em gratificações por desempenho (bônus) do que na estabilidade da carreira, fragmentando a união da categoria.

Os resultados apontam que a Lei nº 14.945/2024, embora tente corrigir distorções do Ensino Médio, mantém a racionalidade instrumental. O professor continua refém de mudanças normativas espasmódicas que impedem o tempo de maturação pedagógica, mantendo-o em um estado de "eterno recomeço" que gera exaustão mental e descrédito institucional.

A discussão sobre a saúde mental revela índices alarmantes de estresse e burnout. O "novo professor" adoece ao tentar conciliar a complexidade da realidade

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/03/2026 - **Accepted:** 26/05/2026
Vol: 13.11
DOI: 10.66104/65x2qg97
Pages: 1-25

escolar com a rigidez das planilhas de resultados. O conflito ético entre a necessidade de acolhimento do aluno e a pressão por metas de aprovação automática é o motor dessa patologia sistêmica.

A influência de organismos internacionais, como a OCDE, consolidou a "governança pelos números". Os dados indicam que o sucesso do professor passou a ser medido pelo ranqueamento de suas turmas em exames de larga escala, como o SAEB, o que gera uma competitividade interna prejudicial ao trabalho colaborativo e à troca pedagógica entre pares.

Identificou-se que a formação continuada se desintegrou em "pílulas de conhecimento" fragmentadas. Os programas oferecidos pelas redes estaduais priorizam treinamentos instrumentais de curta duração que não oferecem o suporte teórico necessário para lidar com os dilemas da violência e da inclusão escolar (Akkari, 2011).

A autonomia freiriana, quando confrontada com os resultados da pesquisa, surge como um conceito em resistência. O professor que busca manter sua soberania intelectual é frequentemente rotulado como "resistente à inovação", sofrendo sanções simbólicas em um ambiente que valoriza a adaptabilidade acrítica e a obediência aos fluxos gerenciais.

A discussão sobre o "notório saber" revela um ataque frontal à profissionalização. Ao permitir que técnicos sem formação pedagógica assumam a regência, o neoliberalismo sinaliza que a docência não é um saber especializado, mas uma técnica de transmissão que pode ser exercida por qualquer portador de conteúdo específico.

Os resultados demonstram que a descontinuidade administrativa é uma ferramenta de controle. Ao anular projetos de gestões anteriores, o Estado impede que as comunidades de prática escolares se fortaleçam, mantendo o docente em uma condição de vulnerabilidade institucional e dependência das novas diretrizes governamentais.

A expropriação do tempo de criação intelectual é um dos achados mais contundentes. O "novo professor" não tem tempo para o ócio criativo ou para a leitura densa; sua rotina é consumida pelo produtivismo fabril, onde a quantidade de tarefas executadas vale mais do que a qualidade da transposição didática realizada.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/03/2026 - **Accepted:** 26/05/2026
Vol: 13.11
DOI: 10.66104/65x2qg97
Pages: 1-25

A privatização interna da escola pública manifesta-se na entrada de fundações empresariais que pautam o currículo. Os dados indicam que essas instituições formatam o "caráter" do novo docente para que ele seja resiliente e conformista, aceitando a precariedade como um desafio de "empreendedorismo pessoal".

A discussão teórica à luz de Contreras (2002) confirma que o controle sobre o trabalho docente foi deslocado do interior da escola para os algoritmos de plataformas. O professor "gerencia" o software que gerencia o aluno, perdendo a essência da mediação humana em favor de uma mediação tecnológica alienante.

Os resultados concluem que a crise da educação brasileira é o pleno êxito de um projeto que visa a desintelectualização do magistério. O surgimento deste "novo professor" atende aos interesses de um sistema que busca a eficiência do fluxo estatístico em detrimento da profundidade do desenvolvimento humano e da cidadania crítica.

A superação desse quadro exige a retomada da formação como um patrimônio imaterial da nação. É necessário reabilitar o professor como intelectual da cultura, garantindo que o desenvolvimento profissional seja pautado pela ciência e pela ética, imune à tirania do produtivismo neoliberal e ao marketing das reformas cosméticas.

Por fim, os resultados instigam a necessidade de um pacto de resistência pedagógica. A reconstrução da escola pública depende da reconquista da autonomia docente, onde o professor deixe de ser um operário da instrução para voltar a ser o arquiteto de uma educação soberana, inclusiva e socialmente referenciada.

5. Conclusão

A investigação empreendida neste artigo indica que a configuração de um “novo professor” no cenário educacional brasileiro pode ser compreendida no contexto das transformações associadas ao avanço de políticas orientadas pela Nova Gestão Pública. Nesse quadro, observa-se uma reconfiguração da identidade docente, com deslocamentos da dimensão intelectual e crítica para uma racionalidade mais instrumental, marcada pela centralidade de indicadores, metas e dispositivos de regulação do trabalho pedagógico.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/03/2026 - **Accepted:** 26/05/2026
Vol: 13.11
DOI: 10.66104/65x2qg97
Pages: 1-25

A análise dos marcos normativos instituídos entre 2017 e 2024, com destaque para a BNC-Formação e as reformas do Ensino Médio, sugere a presença de diretrizes que contribuem para a reorganização da formação e da atuação docente. Tais diretrizes, quando interpretadas à luz da literatura da área, indicam a ampliação de mecanismos de padronização e controle, com possíveis implicações para a autonomia pedagógica e para o desenvolvimento de práticas reflexivas.

Observa-se, ainda, que a intensificação de demandas administrativas e o uso de plataformas digitais podem estar associados à reorganização do tempo de trabalho docente, com impactos sobre as condições de exercício da profissão. Nesse sentido, a análise sugere que a docência passa a ser atravessada por múltiplas exigências que tensionam a articulação entre planejamento pedagógico, mediação do conhecimento e cumprimento de metas institucionais.

Diante desse cenário, argumenta-se que a compreensão das transformações na identidade docente requer o reconhecimento da docência como prática intelectual, historicamente situada e atravessada por disputas políticas e epistemológicas. A valorização da formação docente como política de Estado e a garantia de condições para o exercício da autonomia pedagógica configuram-se como elementos centrais para o fortalecimento da escola pública enquanto espaço de produção de conhecimento e formação crítica.

Limitações e alcance do estudo

Este estudo apresenta algumas limitações que devem ser consideradas na interpretação de seus resultados. Trata-se de uma investigação de natureza teórico-crítica, fundamentada em análise bibliográfica e documental, o que implica a ausência de dados empíricos diretos oriundos de contextos escolares específicos. Nesse sentido, as conclusões não pretendem representar a totalidade das experiências docentes, mas oferecer uma interpretação situada das transformações recentes no campo educacional brasileiro.

Além disso, o recorte temporal adotado (2017–2024) concentra-se em um período específico de reformas normativas, o que pode não contemplar continuidades ou inflexões anteriores. A análise também se limita ao plano das políticas e diretrizes

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/03/2026 - **Accepted:** 26/05/2026
Vol: 13.11
DOI: 10.66104/65x2qg97
Pages: 1-25

oficiais, não abrangendo de forma direta as múltiplas mediações presentes na prática pedagógica cotidiana.

Diante disso, as conclusões aqui apresentadas devem ser compreendidas como tendências analíticas, construídas a partir do diálogo entre documentos normativos e referenciais teóricos críticos. Não se trata, portanto, de generalizações absolutas, mas de interpretações que buscam contribuir para o debate acadêmico sobre a reconfiguração da identidade docente.

Por fim, sugere-se que estudos futuros possam aprofundar essa discussão por meio de investigações empíricas, incorporando a perspectiva dos professores em diferentes contextos educacionais, de modo a ampliar a compreensão das dinâmicas aqui analisadas.

Referências

AKKARI, Abdeljalil. Internacionalização das políticas educacionais: transformações e desafios. Petrópolis: *Vozes*, 2011.

ANFOPE. Nota Pública sobre a BNC-Formação. Brasília: *Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação*, 2020. Disponível em: https://www.anfope.org.br/wp-content/uploads/2024/04/Nota-Anfope_correcao_final.pdf. Acesso em 10/04/2026.

BALL, Stephen J. Profissionalismo, pedagogia e performatividade. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 35, n. 126, p. 539-564, 2005. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cp/a/sHk4rDpr4CQ7gb3XhR4mDwL/abstract/?lang=pt. Acesso em 17/04/2026.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: *Edições 70*, 2011.

CONTRERAS, José. A autonomia de professores. São Paulo: *Cortez*, 2002.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: *Paz e Terra*, 1996.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/03/2026 - **Accepted:** 26/05/2026
Vol: 13.11
DOI: 10.66104/65x2qg97
Pages: 1-25

GATTI, Bernardete A. Formação de professores, complexidade e trabalho docente. *Revista Diálogo Educacional*, Curitiba, v. 17, n. 53, p. 721-737, 2017. Disponível em: https://periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional/article/view/8429/17739. Acesso em 17/04/2026.

GIL, Antônio C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: *Atlas*, 2002.

HYPOLITO, Álvaro M. Reorganização gerencialista da escola e trabalho docente. *Educação: Teoria e Prática*, v. 21, n. 38, 2011. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/pdf/eduteo/v21n38/v21n38a06.pdf. Acesso em: 17/04/2026.

KUENZER, Acacia Z. Trabalho e escola: A flexibilização do ensino médio no contexto do regime de acumulação flexível.Trabalho e escola: a flexibilização do ensino médio no contexto do capitalismo degradado. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 38, nº. 139, p.331-354, abr.-jun., 2017. Disponível em: https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=87351644005. Acesso em: 17/04/2026.

LIBÂNEO, José C. O dualismo perverso da escola pública brasileira**.** *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 13-28, 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ep/a/YkhJTPw545x8jwpGFsXT3Ct/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 17/04/2026.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. 2. ed. Rio de Janeiro: *E.P.U*., 2013.

NÓVOA, António. Firmar a posição como professor, afirmar a profissão docente. *Cadernos de Pesquisa*, v. 47, n. 166, out. a dez., 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cp/a/WYkPDBFzMzrvnbsbYjmvCbd/abstract/?lang=pt#. Acesso em: 17/04/2026.

SAVIANI, Dermeval. A pedagogia no Brasil: história e teoria. Campinas: *Autores Associados*, 3ª edição. 2011.